

O aprendiz de Napoleão IV e os militares

O presidente francês Emmanuel Macron tem aspirações napoleônicas e, como seu antecessor Luis Bonaparte, o presidente que mais tarde foi nomeado imperador, passa continuamente sobre seu primeiro ministro, seus ministros e a Assembléia Nacional com uma atitude bonapartista, quase ditatorial.

Sem consultar ninguém, acaba de fazer da França o “eterno aliado dos Estados Unidos” durante a visita vergonhosa de Donald Trump e, para completar a medida, colocou-a “eternamente” ao lado de Israel sob o pretexto do reconhecimento da responsabilidade do Estado francês pela deportação e morte nos campos de concentração nazistas de milhares de crianças judias reunidas no Velódromo de Inverno de Paris durante o regime colaboracionista e fascista do Marechal Pétain.

Ele está agora cortando 850 milhões de euros (quase 17 bilhões de pesos mexicanos) do exército, enquanto exige um maior compromisso na África, Síria e Iraque, onde combate, e no território metropolitano, onde realiza grandes tarefas policiais.

O Chefe do Estado-Maior, General Villiers, um aristocrata, com a linguagem de quartel própria de um sargento, declarou que não isso seria “digerido tão facilmente” e opôs-se aos cortes que todos os governos vêm fazendo há um quarto de século. Ele foi imediatamente substituído por um general de prestígio, mas não “político”. Mas isso não resolveu o problema da insatisfação do alto comando francês não só por causa da redução dos fundos, mas também por causa da declaração de amizade eterna com os EUA, que há muito tempo vem fazendo tudo o possível para substituir a França como potência na África e

no Oriente Médio.

É notável, de fato, o protesto das várias oposições na Assembleia Nacional. O que restou dos socialistas, incomodados porque Villiers tinha sido nomeado por Hollande, criticaram os procedimentos. Mélenchon, do ponto de vista da esquerda, opõe-se ao decisionismo e ao bonapartismo que permearam a história da França desde a Revolução de 1789 e que, além disso, estão presentes em todos os governos modernos (e se não, que o digam Angela Merkel, May, Renzi, Trump). Marine Le Pen, por outro lado, condena violentamente a perda de grandeza e peso militar. É evidente que cada parte procurará o “seu” general, o “seu” perito e porta-voz nas Forças Armadas e que isto corre o risco de funcionar, nos seus comandos, numa espécie de estado de assembleia. Não faltam exemplos recentes desta mania na Europa, como as revoltas franquistas e salazaristas em Espanha e Portugal, os coronéis gregos, o fracassado golpe italiano nos anos setenta ou o golpe turco de Erdogan.

A França é uma potência nuclear relativamente pequena em comparação com a China, Rússia ou Estados Unidos. Com suas ogivas nucleares estimadas em 300, está no mesmo nível de Israel. Se não quer se afastar muito de seus grandes competidores americanos e russos, que estão modernizando seus arsenais nucleares, deve investir no rearmamento nuclear, tão fundamental na doutrina militar do golpe de força de frappe (força de choque).

A redução dos fundos militares significa que as forças terrestres e aéreas devem pôr fim, ou o mais rapidamente possível, ao terrorismo e ao golpe de Estado nas antigas colônias francesas, que é utópico, para que os Estados Unidos possam impedir que conquistem, um após outro, os países francófonos que necessitam constantemente de ajuda económica, militar e alimentar que a França não pode fornecer. Daí o descontentamento dos oficiais, espremido entre a competição de Washington na África e no Oriente Médio (Líbano, Síria) e a impossibilidade de modernizar sua artilharia nuclear tática e

estratégica.

Nas Forças Armadas francesas sempre existiu uma ala muito reacionária (o general Cavaignac em 1848, os assassinos dos sobreviventes da Comuna de Paris, os anti-semitas do anti-dreyfusismo, os que apoiaram o regime de Pétain e colaboraram com os nazistas, os da OEA na Argélia que queriam lançar pára-quedistas em Paris e tomar o poder para evitar perder a colônia argelina). Esses indivíduos e grupos poderiam sustentar o lepenismo nas próximas lutas sociais e contra a pressão da União Européia, já que o próprio Jean Marie Le Pen, torturador na Argélia, é um deles.

O estado deliberativo estabelecido entre o alto comando provocado pela medida ordenada por Macron e agravado pelo fato de o Ministro da Defesa ser uma mulher poderia reforçar este setor antissocialista e racista. Finalmente, a retirada do Reino Unido da União Européia aumenta o peso político das Forças Armadas francesas, que são a principal força militar da União Européia e, como potência continental, não podem ignorar a Rússia sobretudo quando, ao contrário do que diz Macron, têm atritos com Washington e não “uma aliança eterna”.

Macron, além disso, enfrenta os notáveis dos municípios, regiões e departamentos, aos quais pede cortes que eles se recusam a conceder, em particular o imposto sobre a habitação, a partir do qual 37% de sua renda é obtida pelos escritórios do prefeito. Também aqui se abriu uma frente de luta prematura na véspera do grande conflito com os trabalhadores.

Original: [La Jornada](#)